

ANEXO

TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição, sob demanda, de MATERIAIS/IMSUMOS PARA COMPOR O SERVIÇO DE UROLOGIA DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Hospital Municipal Raul Sertã
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº14.133/21
1.4	Período:	01 (um) ano a contar da assinatura da Ata de Registro de Preço.
1.5	Tipo:	Menor preço por lote nos termos da Lei 14.133/21.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

2.1 Aquisição de materiais/insumos para compor o serviço de urologia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

CATMAT	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL.	U/C	QUANT.
		LOTE I - MATERIAL DE UROLOGIA		
428901	01	SISTEMA EXTRATOR TIPO DORMIA PARA RETIRADA DE CÁLCULO RENAL SEM PONTA DE 1,9 À 2,4 FR COM 90CM À 120CM DE COMPRIMENTO. FABRICADO EM NITINOL, FORMATO HEMISFÉRICO, 04 FIOS, ÓTIMA FORÇA RADIAL, MANOPLA DESMONTÁVEL EM POLIETILENO. DESCARTÁVEL E ESTÉRIL.	Unid.	116
455945	02	CATETER OU STENT DUPLO J – 4,7 22 A 30CM ou 4,8FR 22 A 30CM BIOCOMPATÍVEL/BIODURÁVEL – POLÍMERO TIPO PERCUFLEX, LIVRE DE POLIURETANO, RESISTENTE À COMPRESSÃO INTRÍNSECA E EXTRÍNSECA, RESISTENTE A INCRUSTAÇÃO, RADIOPACO, REVESTIMENTO TIPO HYDROPLUS. DESCARTÁVEL, ESTÉRIL. COMPATÍVEL COM O ITEM 03.	Unid.	110
452314	03	FIO GUIA HIDROFÍLICO EM NITINOL 0,035 / 150 CM. NÚCLEO EM NITINOL, MAIOR FORÇA DE TRAÇÃO, RESISTENTE A CURVATURAS E TOTALMENTE HIDROFÍLICO, EXTREMIDADE DISTAL MALEÁVEL E RETA, COM REVESTIMENTO TIPO HYDROPASS. DESCARTÁVEL E ESTÉRIL. COMPATÍVEL COM ITEM 02.	Unid.	110
308076	04	KIT NEFROSTOMIA (PUNÇÃO) COM 01 CATÉTER TIPO PIGTAIL 12 FR, COM TORNEIRA DE 01 VIA, 01 AGULHA DE PUNÇÃO DE 12 GA COM 2 PARTES, 01 FIO GUIA PTFE PONTA J DIÂMETRO 0,035" X 80 CM, 02 DILATADORES FACIAIS RADIOPACOS DE 10 FR / 14 FR E 01 ADAPTADOR UNIVERSAL.	Unid.	41

485582	05	BAINHA DE ACESSO URETERAL PARA INJEÇÃO E ASPIRAÇÃO DE FLUÍDOS E UTILIZAÇÃO DE ENDOSCÓPIOS E INSTRUMENTAIS, CONFECCIONADA EM POLIURETANO REVESTIDO POR CAMADA HIDROFÍLICA POR TODA SUA EXTENSÃO E HUB DE COPOLÍMERO DE ESTIRENO BUTADIENO RECOBERTO POR ELASTÔMERO 10-12FR, 45CM.	Unid.	96
399002	06	FIBRA ÓPTICA DE SÍLICA E DFLP QUE PROPORCIONA UMA ALTA FLEXIBILIDADE E RESISTÊNCIA, DESENVOLVIDA PARA O USO HOLMIUM LASER. POSSUEM CONECTORES SMA-905, COM ARCO DE METAL QUE CONFERE UM FOCO PRECISO "BLACK HOLE". A FIBRA POSSUI UM COMPRIMENTO DE 3,5MTS E DIÂMETRO 365µM. (A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER EM COMODATO O EQUIPAMENTO GERADOR DE LASER E FLEXÍVEL).	Unid.	77
428918	07	CESTA ARTICULÁVEL PARA RETIRADA DE CÁLCULO DESCARTÁVEL EM NITINOL, 4 FIOS, COM CONTROLE DESLIZANTE DE POSICIONAMENTO E BOTÃO DE ARTICULAÇÃO, 2.4FR X 115CM PERMITE ARTICULAR SUA ABERTURA PARA MELHOR POSICIONAMENTO E RETIRADA DE FRAGMENTOS.	Unid.	43
459238	08	CAMISA EXTERNA DE RESSERÇÃO, 26FR, FLUXO CONTÍNUO COM DUAS TORNEIRAS DE ENTRADA E SAÍDA, ROTATÓRIA. CAMISA INTERNA DE RESSECÇÃO, 24FR, ROTATÓRIA, COM PONTA DE CERÂMICA, PARA USO COM CAMISA EXTERNA DE 26FR. OBTURADOR PADRÃO, PARA USO COM CAMISAS DE 24/26FR. RESSECTOSCÓPIO, BIPOLAR, MOVIMENTO PASSIVO, PARA USO COM CAMISAS DE 24/26FR.	Unid.	01
<p>LOTE I -</p> <p>NOS CASOS DE CIRURGIA COM URETERORRENOLITOTRIPSIA RÍGIDO: DEVERÁ SER FORNECIDO EM REGIME DE COMODATO 01(UM) APARELHO LITOTRITOR BALÍSTICO E 01(UM) URETERORRENOSCÓPIO E PROBE PNEUMÁTICA PARA UTILIZAÇÃO DO REFERIDO SERVIÇO NO HMRS.</p> <p>NOS CASOS DE CIRURGIA COM URETERORRENOLITOTRIPSIA FLEXÍVEL: DEVERÁ SER FORNECIDO EM REGIME DE COMODATO 01 (UM) APARELHO URETERORRENOSCÓPIO FLEXÍVEL + GERADOR DE LASER (LITOTRITOR) + GERADOR DE LITOTRITOR BALÍSTICO + PROBE PNEUMÁTICA PARA UTILIZAÇÃO DO REFERIDO SERVIÇO NO HMRS.</p>				
		LOTE II – MATERIAL DE UROLOGIA		
297571	01	CAPA PROTETORA PARA COBRIR CABOS DE FIBRA ÓPTICA E MICROCÂMARAS, CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO TRANSLÚCIDO IMPERMEÁVEL. MEDINDO 14,5CM LARGURA X 1,50M DE COMPRIMENTO, COM 02 TIRAS NAS SUAS EXTREMIDADES DE APROXIMADAMENTE 15CM, PARA POSSIBILITAR QUE SEJAM AMARRADAS AOS EQUIPAMENTOS. EMBALAGEM INDIVIDUAL - ESTÉRIL.	Unid.	439
388926	02	EXTENSÃO PARA IRRIGAÇÃO ARTROSCÓPICA COM ATÉ 4 (QUATRO) VIAS. CONFECCIONADAS EM PVC FLEXÍVEL. COM CORTA FLUXO CENTRAL E INDIVIDUAL. PONTA INTRODUTORA PARA ADAPTAÇÃO AOS FRASCOS E BOLSAS DE SORO. CLAMPS PARA INTERROMPER A IRRIGAÇÃO. DUPLA EMBALAGEM. ESTERILIZADO EM ÓXIDO ETILENO.	Unid.	87

382727	03	FACA DE SACKS, COMPATÍVEL COM RESSECTOSCÓPIO STORZ	Unid.	26
302509	04	ALÇA DE RTU (RESSECÇÃO) 24 FR, MONOPOLAR, COMPATÍVEL COM A MARCA STORZ.	Unid.	80
390788	05	ALÇA DE RTU (COAGULAÇÃO) 24 FR, TIPO ROLLER BALL, MONOPOLAR, COMPATÍVEL COM A MARCA STORZ.	Unid.	24
355485	06	EVACUADOR DE ELLIK. FABRICADO EM SILICONE, CORPO ANATÔMICO TOTALMENTE MALEÁVEL (MAIOR SUCÇÃO), FILTRO ANTI-RETORNO DE MATERIAL COMPATÍVEL COM RESSECTOSCÓPIO DA MARCA STORZ.	Unid.	26
356901	07	SISTEMA DE SLING COM ABORDAGEM TRANS-OBTURATÓRIA, PARA TRATAMENTO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA FEMININA. NELE DEVE CONTER, OBRIGATORIAMENTE: -MANOPLA ERGONÔMICA DE INSERÇÃO CURVADA, COM DISPOSITIVO DE ACOPLAMENTO DA TELA, ANTIMERIA DIREITA E ESQUERDA; -TELA DE MALHA DE POLIPROPILENO, COM CAPA PROTETORA QUE SE ENCAIXA AO DISPOSITIVO DE ACOPLAMENTO.	Unid.	14

2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

2.3 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados a partir da assinatura do Contrato, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.1 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade constante de um insumo utilizado frequentemente dentro da Unidade de Saúde, sendo a vigência anual mais vantajosa considerando o item 8 do Estudo Técnico Preliminar;

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

3.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e no Documento de Formalização de Demanda, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 O presente Termo de Referência visa à aquisição, sob demanda, de materiais/insumos para compor o serviço de urologia do Hospital Municipal Raul sertã pelo período de 01 (um) ano.

3.3 Trata-se de aquisição de materiais a serem utilizados em procedimentos cirúrgicos de pacientes eletivos e/ou urgência na Unidade Hospitalar, os quais tiveram seus respectivos quantitativos devidamente justificados pela equipe técnica da Unidade Requisitante..

3.4 Adicionalmente, pode-se afirmar que o objeto da contratação contempla insumos estratégicos de suporte às ações de saúde, cuja falta pode significar interrupções de tratamentos, o que comprometeria o atendimento e a qualidade de vida de pacientes, acarretando em consequências graves ao atendimento dos usuários assistidos.

3.5 A presente aquisição visa suprir a demanda do município pelo período de 01 (um) ano e se dará pelo sistema de registro de preços. Há que ressaltar que o quantitativo total apresentado pela Unidade concerne a uma estimativa para cobrir seu consumo por este período; É certo que o sistema de registro de

preços não vincula a obrigatoriedade do esgotamento da Ata registrada, mas tão somente a solicitação do quantitativo necessário e conveniente ao Requisitante, não havendo nesse sentido quaisquer prejuízos à Administração.

3.6 As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicados pela equipe técnica da Unidade Requisitante, a qual se responsabiliza por todas as informações lançadas no presente, cabendo ao servidor, que ora subscreve, apenas a reprodução dos aspectos formais consoante a legislação vigente.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 Aquisição, sob demanda, de MATERIAIS/INSUMOS PARA COMPOR O SERVIÇO DE UROLOGIA DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO, pelo período de 01 (um) ano visando a contemplar insumos estratégicos de suporte às ações de saúde, cuja falta pode significar interrupções de tratamentos, o que comprometeria o atendimento e a qualidade de vida de pacientes.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 A contratada deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado compatível com o objeto a ser licitado.

5.2 Atender às solicitações nos prazos estipulados.

5.3 Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas Unidades Requisitantes.

5.4 Substituir, no prazo máximo de até 3 (três) dias, a contar da data da notificação, os produtos entregues, caso se apresentem impróprios para consumo.

5.5 Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.

5.6 Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida no Termo de Referência.

5.7 Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência.

5.8 Cumprir o objeto do presente estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação.

5.9 A empresa vencedora do Lote 01 deverá fornecer, em regime de comodato, 01 (um) aparelho LITOTRITO BALÍSTICO e 01 (um) URETERORRENOSCÓPIO e PROBE PNEUMÁTICA para utilização do referido serviço no HMRS.

5.10A empresa vencedora do Lote 01 deverá fornecer, ainda, em regime de comodato, 01 (um) aparelho URETERORRENOSCÓPIO FLEXÍVEL + GERADOR DE LASER (LITOTRITOR) + GERADOR DE LITOTRITOR BALÍSTICO + PROBE PNEUMÁTICA para utilização do referido serviço no HMRS.

5.11 Sustentabilidade:

5.11.1.1 *Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

5.11.1.1.1 Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

5.11.1.1.2 Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.11.1.1.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais

recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

- 5.11.1.1.4** Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.12 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6 EXECUÇÃO CONTRATUAL.

6.1 A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega do material no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

6.2 A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto no local e horário arrolados abaixo:

- **ALMOXARIFADO DO HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO: RUA GENERAL OSÓRIO, Nº 324, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ.**
- *Horários: Segunda a Quinta, das 09h:00 às 16h:00, respeitando o horário de almoço entre 12h:00 às 13h:00;*

6.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.6.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7 DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS

7.1 Não cabe.

8 GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Antônio Carlos Sant'ana	207.630	Superior Imediato
Mikhail Mafort Freire da Silva	190.234	Fiscal Titular
Anelisa Valle Wernek Viana	062.962	Fiscal Substituto
Eduardo da Costa Mendonça de Melo	063.345	Gestor Titular
Higor De Barros Pinto	063.344	Gestor Substituto

8.1.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.1.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

8.4.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.5 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.6 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

8.7 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR.

9.1 O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, fundamentada através da lei nº 14.133/2021, de acordo com o disposto nos itens 1.3 e 1.5 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.3 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.4 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.5 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.6 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Qualificação Técnica

- 9.7 *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional (CNPJ), em plena validade;*
- 9.8 *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*
- 9.8.1 *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*
- 9.8.2 *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.
- 10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

*Gestão/Unidade: Hospital Municipal Raul Sertão;
Fonte de Recursos: 1600;
Programa de Trabalho: 30001.1030500862.208;
Elemento de Despesa: 33.90.30-08;*

- 10.2 *Plano Interno:* As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**
- 10.3 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência
- 10.4 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

10.5 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10.6 *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

11 DA LIQUIDAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, de acordo com o Decreto Municipal 313 de 10 de outubro de 2019.

11.2 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto n.º 2.493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 11.1.1 Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 11.1.2 Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 11.1.3 FGTS;
- 11.1.4 PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 11.1.5 Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 11.1.6 Estadual CND – Referente ao ICMS;

11.2 A Nota Fiscal deverá conter identificação do Banco, número da agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

11.3 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

11.4 Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

11.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

11.6 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.7 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado,

bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 11.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 11.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 11.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.13 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 11.14 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.
- 12.2 O presente documento foi elaborado mediante as descrições apresentadas pelos responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1 Descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.
- 13.2 Comete infração administrativa:
 - 13.2.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 13.2.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 13.2.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
 - 13.2.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 13.2.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 13.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 13.2.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 13.2.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 13.2.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 13.2.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 13.2.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 13.2.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.4 Com fulcro no artigo 156 da Lei 14.133/21, a Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

13.4.1 Advertência;

13.4.2 Multa de até 0,5% a 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

13.4.3 Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

13.4.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. Impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

13.5 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nos artigos 157 e 158 da Lei n.º 14.133/21.

13.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da infração cometida, o caráter educativo da pena, dano causado à administração, as peculiaridades do caso concreto e as circunstâncias agravantes e atenuantes, observado o princípio da proporcionalidade.

Nova Friburgo/RJ, 07 de novembro de 2023.

Termo de Referência elaborado por:

Higor de Barros Pinto
Gestão de Processos, Contratos e Convênios
Mat: 063.344

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matr.: 106.137